

Tão perto, tão longe

Publicação: [O Mundo em Português Nº56](#)

Data de Publicação: Setembro/Outubro de 2004

Autor: Noémia Pizarro

A União Europeia decidiu que a Turquia está pronta para, a partir de 3 de Outubro de 2005, iniciar as negociações com vista à sua adesão. Esta decisão histórica é o ponto alto de um longo e difícil processo, iniciado com o Acordo de Associação de 1963, e que só culmina no dia em que a Turquia se tornar membro pleno da União.

Olhando para a história das relações UE-Turquia, o momento de viragem acontece quando, após décadas de hesitações e recuos, o Conselho europeu de Helsínquia concedeu àquele país, em 1999, o estatuto de candidata oficial, não sem um intenso debate que ainda hoje perdura e que reflecte duas grandes visões da Europa - a Europa com uma identidade bem definida e tendencialmente estática, assente em matrizes históricas e religiosas delimitadas; e uma Europa política, a da União Europeia, flexível e dinâmica, assente em valores e objectivos comuns, que transcendem as diferenças culturais e religiosas, capaz de integrar um qualquer Estado europeu, mesmo de população maioritariamente muçulmana, que cumpra aqueles valores. Por entre a confusão entre estas duas visões da Europa, a Turquia tem vindo a percorrer a via da democratização.

Com efeito, a perspectiva da adesão à União Europeia mobilizou internamente a Turquia no sentido de ultrapassar os graves problemas com que se debate, tanto no plano económico, como no domínio civil e político. Sabendo que para pertencer à UE necessita de preencher os critérios de Copenhaga transformando-se numa Democracia plena, desenvolvendo uma economia de mercado forte e concorrencial, e integrando na ordem interna toda a legislação comunitária produzida ao longo do tempo, o governo turco adoptou, sobretudo nos últimos três anos, uma série de reformas cuja implementação implica a total reestruturação da administração pública, do sistema político e judicial e o próprio relacionamento entre o Estado e a sociedade civil.

Desde então a Constituição foi revista e a Turquia tem hoje um novo código civil, bem como uma legislação penal profundamente renovada. A maioria dessas reformas é fundamental no plano político na medida em que toca questões sensíveis do contexto

turco como a liberdade de expressão, manifestação e associação, os direitos culturais, o controlo civil sobre as forças armadas e a protecção das minorias étnicas e religiosas.

Na última avaliação de Outubro feita pela Comissão Europeia, salientam-se os inúmeros progressos feitos no plano legislativo, político e económico, embora se continuem a apontar dificuldades na sua concretização. Dos avanços mais importantes sobressai o esforço de racionalização do funcionamento da administração pública e do Governo, que se empenhou particularmente em promover uma gestão mais transparente dos recursos humanos no sector público e em reforçar a luta contra a corrupção. O Conselho Nacional de Segurança - órgão preponderante na Turquia e que espelha a influência dos militares na vida civil – viu os seus poderes e a sua composição alterados com o propósito de ajustar as relações entre a sociedade civil e as forças armadas às práticas em vigor nos Estados membros da UE. O combate à tortura, a maior liberdade de expressão concedida às minorias curdas, e a libertação de presos políticos, são outros dos progressos sublinhados no relatório da Comissão.

A decisão do Conselho europeu de 16 de Dezembro implica também que os Turcos reconheçam oficialmente a existência de Chipre, país que entrou recentemente na União e cujo veto poderia impedir sistematicamente o aprofundamento das relações com a Turquia. Pragmático, o líder turco reconheceu informalmente aquele país mediterrânico, em plena reunião do Conselho, ao concordar em aplicar a todos os novos membros, sem exceção, o referido Acordo de Associação (que se traduz numa união aduaneira), que mantém desde 63 com a União Europeia.

Note-se que na eminência da entrada de Chipre dividido na UE - deixando a parte norte da ilha, ocupada pelos Turcos desde 1974 e nunca reconhecida pela comunidade internacional - fora dos benefícios da adesão, o governo turco apoiou recentemente uma resolução global do conflito com base no plano de reunificação apresentado pelas Nações Unidas. E pela primeira vez em vinte anos Tayyip Erdogan, com maioria absoluta no Parlamento desde Novembro de 2002 e líder de um partido islamista moderado, visitou a Grécia, amenizando assim as relações entre os dois países.

A forma hábil como geriu a reconciliação com a Grécia e a questão cipriota valeu à Turquia uma vitória nas Nações Unidas, confirmada por Kofi Annan que recomendou o levantamento das sanções aos cipriotas turcos. É necessário não esquecer ainda que a responsabilidade pelo falhanço da reunificação da ilha se deve também aos cipriotas gregos que, em referendo, a recusaram.

Apesar dos progressos ao nível externo e interno subsistem ainda na Turquia, no terreno, problemas de direitos humanos e atentados à liberdade religiosa das minorias

não-muçulmanas, incluindo restrições à propriedade de bens. Muitas das reformas legislativas adoptadas são objecto de aplicação restritiva pelas autoridades administrativas e o poder judicial está ainda vinculado organicamente ao poder executivo. Mas é de notar que estas constatações só são possíveis porque as ONGs e outras organizações da sociedade civil gozam hoje de maior liberdade na Turquia, e a sua vigilância permanente permite um melhor escrutínio da situação no terreno e impõe ao governo o dever de prestar contas.

O escrutínio democrático por parte da sociedade civil mostra bem o empenhamento dos cidadãos turcos na via da integração europeia, um caminho que, finalmente, não lhes deverá ser negado.